



## **DISCURSO DO PRESIDENTE DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, RUI RIO 1ª CONVENÇÃO NACIONAL DO CEN/PSD**

(Europarque, 16 de fevereiro de 2019)

As minhas primeiras palavras, nesta sessão de encerramento da 1ª Convenção Nacional do CEN, são, naturalmente, para agradecer a todos os participantes e a todos os que, no dia-a-dia, vão dando corpo a esta verdadeira revolução que pretendemos fazer na militância político-partidária em Portugal. Um agradecimento extensivo aos que, com empenho, vontade e competência puseram de pé a exigente organização desta Convenção Nacional; uma ideia pioneira, da qual fazemos um balanço muito positivo e que tem, seguramente, uma enorme margem de progresso à sua frente, em face do que a experiência nos for ensinando.

Conhecemos o enorme afastamento que há, hoje, entre a sociedade e os partidos políticos. Um afastamento que podemos aceitar como normal, em face do desgaste que o decorrer de tempo sempre acarreta. O que já não será normal será nada se fazer contra esta situação e assistir, passivamente, à degradação do sistema partidário. Uma degradação que tem como consequência a abertura da porta de entrada ao populismo, que, mais não é, do que o filho varão da nossa incapacidade de regenerar o sistema.

O Conselho Estratégico Nacional é a nossa principal tentativa de abertura de um partido político à sociedade. Através dele, pretendemos não só captar personalidades independentes para a intervenção política, como dar, também, aos militantes do PSD a possibilidade de terem uma militância diferente e mais próxima dos verdadeiros problemas com que os portugueses se confrontam no dia-a-dia.

A política só faz sentido se for para resolver os problemas reais das pessoas. Não tem qualquer utilidade quando é exercida em torno de guerras partidárias estéreis ou conduzida por temas virtuais que, podem alimentar notícias e fomentar a notoriedade pública, mas que nada dizem ao cidadão comum.

Daí as minhas sinceras palavras de agradecimento a todos, os que com a sua participação na vida quotidiana do Conselho Estratégico Nacional vão dando corpo a esta experiência pioneira que reputo de muito relevante para a nossa democracia.

Uma palavra especial para o Prof. David Justino, coordenador-geral do CEN, e para todos os porta-vozes e coordenadores setoriais espalhados pelo país. É, fundamentalmente, desses coordenadores que depende, distrito a distrito, a dinâmica e o grau de sucesso deste projeto.

Aos palestrantes desta 1ª Convenção Nacional – os nossos convidados – que, durante todo o dia de hoje, nos vieram aqui trazer o seu avalizado contributo, relevo também o meu mais sincero agradecimento.



Debateram-se nesta convenção, em 17 salas temáticas, praticamente todos os temas decisivos para o futuro de Portugal. Com a participação dos que neles pensam, e dos que com eles convivem diretamente no exercício prático da sua profissão, ficamos mais capacitados para encontrar soluções que possam relançar o País no caminho do desenvolvimento. Com uma orientação política marcada pela matriz social-democrata, mas sem tabus ideológicos, vamos, seguramente, elaborar um programa focado no futuro de Portugal, em vez de olhar apenas para o presente, como hoje, infelizmente, acontece com a atual governação socialista. Uma governação que, subordinada às reivindicações da esquerda mais radical, apostou em tudo distribuir no presente, ignorando o futuro e desprezando, dessa forma, as gerações mais jovens.

A velocidade a que a sociedade muda, nos dias de hoje, exige dos governantes uma permanente disposição para fazer ajustamentos estruturais. Esses ajustamentos, quando não são feitos durante um longo período de tempo, originam entropias e estrangulamentos que desequilibram a sociedade e atrasam o seu desenvolvimento. É justamente, por isso, que Portugal carece de um conjunto alargado de reformas estruturais, que são, na prática, a consequência da nossa inação no tempo próprio.

Dessas reformas, algumas são passíveis de ser concretizadas por um governo. Outras só o serão, se os partidos forem capazes de relegar os seus interesses para segundo plano e colocar o interesse de Portugal acima de tudo o mais.

As reformas mais pesadas e mais profundas de que o País necessita, só as faremos se houver sentido de Estado por parte das forças partidárias. É, por isso, que desde sempre - e particularmente desde o Congresso do PSD em que tomei posse faz hoje precisamente um ano - tenho defendido acordos com os outros partidos, no sentido de com eles conseguir fazer aquilo que só com eles é possível.

Infelizmente, nesta democracia em degradação, a cultura dominante não é a cultura do diálogo e da busca de soluções para os graves estrangulamentos que o País atravessa. Desde uma perspetiva partidária associada a uma visão clubística da respetiva militância, passando pelo tacticismo de curto prazo ou pelos diversos interesses instalados, e acabando na falta de rigor ditada por uma comunicação imediatista e superficial, tudo normalmente se conjuga para obstaculizar a realização das reformas de que Portugal, há muito, necessita.

Qualquer desafio para entendimentos de ordem estrutural em nome do nosso futuro coletivo é, de imediato, censurado e apoucado por uma cultura de intervenção política que vê a relação entre partidos como um permanente combate, uma permanente desconfiança e uma constante atitude primária de bota-abaixo. É o clima ideal, para desacreditar ainda mais os políticos e os partidos. O clima adequado para afundar o regime, e dificultar o desenvolvimento do País.

Estamos em ano de diversos atos eleitorais, e, por isso, compreende-se que 2019 não seja a altura propícia para levar a cabo esses entendimentos, mas passado este período, o PSD terá de continuar a fazer todo o esforço necessário para conseguir que Portugal possa ter as reformas que o seu desenvolvimento reclama.

A primeira delas começa, desde logo, pelo próprio sistema político. Por óbvio imperativo constitucional, é evidente que nenhuma força partidária o pode reformar sozinha, mas é por demais evidente que ele se esgotou e tem de ser modernizado.



Como tudo na vida, o atual sistema está desgastado pelo tempo. Enquistou, concentrou em si pequenos interesses individuais, desvirtuou-se, acomodou-se, e começou a gerar resultados que têm mais a ver com os donos do sistema do que com a defesa genuína do interesse público. Temos, por isso, de o renovar. Renovar para servir um regime que, apresentando evidentes sinais de degradação, carece de se adaptar às novas realidades de uma sociedade em acelerada mutação.

Nesta Convenção Nacional, decidimos criar também um painel de debate sobre a reforma do sistema político e do próprio funcionamento dos partidos.

Como linhas gerais, impõe-se uma maior aproximação dos eleitos aos eleitores, uma maior transparência e responsabilização pela veracidade da comunicação a que os cidadãos ace-dem, um melhor escrutínio do trabalho de cada um, uma maior abertura à participação cívica, uma melhor governabilidade e uma estratégia coerente para voltar a conferir à atividade política o prestígio e a nobreza que dela se exige numa sociedade desenvolvida.

Muitas são as ideias que temos em cima da mesa para debate: círculos eleitorais mais pequenos na eleição para a Assembleia da República, de molde a que o povo conheça realmente quem elege e melhor possa escrutinar o seu trabalho; redução sensata do número de deputados, de forma a não por em causa o princípio da proporcionalidade nem a capacidade de funcionamento dos grupos parlamentares mais pequenos; contabilização dos votos brancos e nulos para efeito do número de deputados a eleger; alargamento das legislaturas para cinco anos, facilitando uma governação menos condicionada pelos ciclos eleitorais; revisão do modo de funcionamento da Assembleia da República; reformulação dos executivos camarários, de modo a privilegiar a competência, em lugar da lógica de lista corrida, adequada apenas aos órgãos deliberativos; reforço da vertente da formação política no quadro do funcionamento e do financiamento dos partidos; simplificação do mecanismo do referendo local.

Todas estas ideias, e muitas outras, terão de ser debatidas e o PSD irá, seguramente, acomodar algumas delas no seu programa eleitoral para as próximas eleições legislativas.

Temos como absolutamente prioritária a reforma do sistema político. Por isso, tudo faremos para que ele seja renovado e credibilizado, em nome de uma democracia que se tem vindo a enfraquecer de forma preocupante e que tem de ser, urgentemente, revitalizada, para não dizer refundada.

No quadro das reformas estruturais, terão de estar, para lá do sistema político, áreas como a justiça, a reforma do Estado e a descentralização, a política de natalidade ou a sustentabilidade futura da segurança social.

Neste enquadramento, a reforma da justiça assume uma prioridade há muito reconhecida. Foi, por isso, que recentemente me esforcei por tentar conquistar todas as forças partidárias para uma reforma absolutamente vital para Portugal e para a democracia.

Como era facilmente de prever, a cultura e a maturidade política instaladas em nada facilitam atitudes destas. E foi por isso que, apesar do esforço para mobilizar para a mesma causa nacional todos os partidos com representação parlamentar, rapidamente se levantou nos media uma polémica estéril e desfocada do que se pretende, apenas para lançar a habitual confusão e dificultar a concretização do objetivo pretendido.



Mas, não tenho a mínima dúvida que todos aqueles que, em primeiro lugar se deixam condicionar apenas pelo interesse nacional, compreendem bem a extrema necessidade de se reformar um setor vital para o regime e para o desenvolvimento do nosso País.

A justiça carece de mais celeridade, mais transparência, mais especialização, mais escrutínio público, mais cumprimento da lei, menos impunidade e meios mais modernos para poder funcionar em maior consonância com a sociedade atual.

Neste setor, um dos mais dinâmicos do CEN, o PSD irá apresentar medidas corajosas para que Portugal possa vir a ter uma grande reforma da justiça. Desde medidas mais simples que qualquer Governo estará capaz de levar a cabo, até às que possam implicar uma revisão constitucional, não deixaremos de as propor com toda a coragem e toda a frontalidade.

A transparência e o escrutínio público exigem que a sociedade esteja mais presente nos Conselhos Superiores do setor da justiça. Compreende-se a reação corporativa de alguns membros do Ministério Público, quando combatem pela manutenção de um poder fechado ao exterior e, em larga medida, controlado pelos sindicatos; mas não se pode aceitar a tentativa de manipulação da opinião pública, quando as forças sindicais agitam demagogicamente os fantasmas de um controlo político sobre as investigações, que sabem que é impossível existir a partir do Conselho Superior.

Ninguém quer políticos na justiça. O que se quer é apenas o que um regime verdadeiramente democrático tem necessariamente de ter: um controlo efetivo da sociedade sobre o funcionamento da justiça, tal como acontece nos demais setores da vida nacional. Em democracia não pode haver nenhum poder que não esteja sujeito ao controlo e fiscalização por parte do povo. É isto, que o PSD pretende: mais transparência e mais escrutínio público, na certeza de que não estamos a ter razão antes do tempo. Estamos a ter razão no tempo certo.

Mas, a este propósito, tem de ficar aqui bem claro para todos, que se é verdade que não queremos a política na justiça, também não é menos verdade que não queremos a justiça na política. Se são intoleráveis as pressões de políticos sobre um sistema judicial que se quer independente, também não são menos intoleráveis as pressões ou a gestão de processos judiciais em função de objetivos de natureza política. O condicionamento do poder parlamentar legislativo por parte do poder judicial é tão reprovável como o seu contrário. Temos de ser capazes de cumprir o Estado de Direito Democrático em toda a sua plenitude.

A constante violação do segredo de justiça - que transfere as sentenças dos tribunais para as montras das tabacarias, onde qualquer um pode ser condenado, em letras garrafais, numa qualquer primeira página de jornal - não pode continuar numa sociedade que se quer que seja produto de um Estado cumpridor da lei e dos princípios e valores fundamentais da democracia. Se queremos continuar a ter toda a autoridade moral sobre os regimes totalitários, temos de saber dar resposta a este fenómeno típico desse tipo de sociedades. Não é aceitável que objetivos de natureza comercial ou de combate político, continuem a descredibilizar a justiça e a fazer tábua rasa do princípio da presunção de inocência.

Também os atrasos judiciais, particularmente nos Tribunais Administrativos e Fiscais, têm de ter uma solução urgente, pois a situação atual é não só injusta, como castradora do normal funcionamento da nossa economia.

Dotar os tribunais de mais e melhores meios e dar formação aos próprios magistrados em áreas onde a complexidade técnica é hoje um sério obstáculo a uma cabal compreensão das matérias em julgamento, são questões também aqui debatidas e que terão, necessariamente, de ter resposta no nosso programa de Governo.

Como já tive oportunidade de referir em largas ocasiões, Portugal tem um sério problema demográfico. Tem uma baixíssima taxa de natalidade que não assegura a renovação da população. Nasceram, atualmente, por ano cerca de 25.000 pessoas a menos do que aquelas que morrem. A título de curiosidade podemos referir que, por exemplo, no ano de 1962, nasceram mais 123.336 pessoas, do que aquelas que, nesse ano, faleceram.

Temos, pois, hoje, uma sociedade em envelhecimento acelerado. No passado nasceram muitos portugueses que estão, agora, a atingir idades mais avançadas. Atualmente nascem poucos; pelo que se degrada a relação entre a população ativa e a que necessita de cuidados especiais por força do seu envelhecimento.

A agravar esta situação, temos o problema em dimensão mais do que redobrada no interior do País. Se, no litoral, a relação entre novos e velhos é preocupante, então, no interior, essa mesma relação está dramaticamente desequilibrada.

O nosso problema demográfico, absolutamente decisivo para o futuro do País, implica um olhar transversal e multidisciplinar, no sentido de poder ser atacado em todas as suas vertentes.

Ele tem implicações ao nível da política de promoção da natalidade, do combate à desertificação do interior e a conseqüente defesa do território nacional, da prossecução de uma desconcentração territorial e de uma efetiva descentralização administrativa, da política de imigração, de uma reforma justa da segurança social de molde a torná-la sustentável no longo prazo, de uma adequada rede de cuidados continuados e de uma adaptação do próprio Serviço Nacional de Saúde ao tipo de solicitações que esta realidade está a gerar de forma acelerada na sociedade portuguesa.

No 37º Congresso do PSD, faz hoje um ano, afirmei que "Temos de identificar e sistematizar as principais razões pelas quais os casais têm poucos filhos e consensualizar um conjunto de medidas drásticas e duradouras no tempo, de molde a se produzir o choque cultural que temos de conseguir."

Foi, por isso, que, simbolicamente, o primeiro documento do CEN lançado para debate público foi, justamente, sobre a natalidade. Mas, como disse, a promoção da natalidade é apenas o primeiro passo de uma estratégia global que urge desenhar, de forma a que a questão demográfica e os seus efeitos possam ser combatidos com a maior eficácia possível.

Podia aqui referir que o problema demográfico é uma prioridade para o Partido Social Democrata. Prefiro dizer que, pela sua particular gravidade, ele tem de ser uma prioridade para Portugal, porque, como também tive oportunidade de referir no encerramento do citado Congresso do PSD, "O Portugal do futuro será, em larga medida, aquilo que nós hoje formos - ou não - capazes de fazer."



Caras e caros membros do Conselho Estratégico Nacional,  
Senhoras e senhores convidados

É já hoje evidente aos olhos de todos nós que o atual Governo tem vindo a falhar no cumprimento do contrato que o Estado tem com todos os cidadãos.

Os portugueses pagam impostos e, por consequência, podem e devem exigir do Estado a garantia de um conjunto de direitos constitucionalmente consagrados: o direito à segurança, à saúde, à educação, à habitação, à cultura, e, fundamentalmente, o direito a serviços públicos de qualidade compatível com a época em que vivemos.

Em muitas destas vertentes o Governo tem falhado. No quadro das funções de soberania, a falha é, desde logo, evidente ao nível da segurança.

Desde as fracas respostas da proteção civil, passando pelos tumultos urbanos ou pela falta de manutenção, seja das vias de comunicação ou do próprio equipamento ferroviário, e acabando no inefável assalto ao paiol de Tancos, muitas têm vindo a ser as falhas ao nível da segurança.

O combate aos incêndios e a respetiva política de prevenção tem falhado em múltiplos aspetos.

Os incêndios dos últimos dois anos foram os mais graves de sempre. É notório que, no seu combate, houve diversas falhas comuns: falhou o comando, falharam as comunicações e falhou a coordenação nacional dos meios. Em 2017 falharam em Pedrógão e, poucos meses mais tarde, voltaram logo a falhar em vários concelhos do centro do País com resultados trágicos.

Recentemente foi conhecido o relatório da Inspeção-geral da Administração Interna sobre o incêndio de Mação, em julho de 2017, identificando culpas objetivas e responsáveis bem identificados.

Insiste o Senhor Ministro da Administração Interna que os resultados de 2018 foram fruto das modificações introduzidas na Proteção Civil, mas é o mesmo Governo, através do seu colega da Agricultura, pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, que vem dizer que os resultados de 2018 foram os expectáveis para as condições meteorológicas que se verificaram.

Infelizmente, o Governo tarda em publicar uma nova lei orgânica da Autoridade Nacional da Proteção Civil, determinante para o bom funcionamento do sistema, porque, em boa verdade, pretende produzir um diploma que agrade aos vários agentes, correndo o risco de a mesma acabar por não servir a ninguém.

As cativações orçamentais sem racionalidade e prudência, agravadas pela ausência de reformas capazes de otimizar a despesa pública, levam a que a manutenção e o investimento em equipamentos sociais esteja à mingua, podendo, inclusive, por em causa a segurança das pessoas.

No capítulo da segurança urbana, urge também tratar, em parceria com as autarquias, da reabilitação de alguns bairros críticos. Se tal não for feito, a perspetiva de uma crescente marginalização da população neles residente, levará, seguramente, a um agravamento da segurança urbana. Pessoalmente, sei bem do que falo, pois foi justamente essa preocupação social a minha primeira prioridade quando exerci as funções de presidente da câmara.

O assalto ao paiol de Tancos é, apesar de tudo, o exemplo mais gritante de como a nossa segurança se tem degradado; uma novela de contornos dramáticos que ainda não entendemos na sua plenitude e que continuamos a aguardar não só por uma completa explicação, como pela acusação e julgamento dos autores do crime e seus cúmplices diretos e indiretos.

A saúde é, no entanto, o exemplo mais paradigmático ao nível da degradação dos serviços públicos.

Durante os últimos 3 anos a situação do SNS agravou-se de forma penosa para a população portuguesa, particularmente para a de menores recursos financeiros. Na prática, o Estado não está a cumprir a Constituição da República Portuguesa, que determina que todos têm de ter acesso a um SNS tendencialmente gratuito.

Há 2,7 milhões de portugueses cobertos por seguro de saúde. Este é o dado mais exemplificativo de que, em boa verdade, os portugueses não têm acesso em tempo útil aos serviços de saúde do Estado. Se não fosse por sentirem na pele o que significa o desespero de listas de espera intermináveis, por que razão haveriam os portugueses de contratar seguros de saúde?

Esperar mais de um ano por uma consulta ou por uma cirurgia, como acontece em múltiplas situações, é, praticamente, negar o acesso aos cuidados de saúde hospitalares.

Nos centros de saúde a situação não é muito melhor, pois mais de 700.000 portugueses não têm médico de família.

Hoje, no SNS falta quase tudo: recursos humanos, manutenção, investimento e, acima de tudo, critérios de gestão eficazes, de molde a otimizar os recursos disponíveis e eliminar o desperdício.

No modelo que o PSD defende, a responsabilidade pelo cumprimento da Constituição cabe, como é evidente, integralmente ao Estado. É o Estado que tem de garantir ao cidadão o acesso ao SNS em tempo útil. Para isso, deve, sem tabus, aceitar a colaboração do setor social e do setor privado. O que temos de colocar no centro da questão é o doente, que tem de ter acesso a uma resposta eficaz e ao preço mais económico para o Estado.

Se um hospital gerido por uma entidade privada atinge determinados níveis de resultados, temos de conseguir que os hospitais geridos diretamente pelo setor público consigam alcançar esse mesmo patamar. É este o desafio que cabe ao Estado. Não é renegar toda e qualquer colaboração com os outros setores, mantendo-se teimosamente em níveis de produtividade abaixo dos que tem obrigação de conseguir em nome da defesa dos doentes.

Atualmente, o Estado não cumpre a Constituição. O nosso objetivo tem de ser o do cumprimento do texto constitucional com o melhor proveito para o Estado e o melhor serviço para o cidadão.



A saúde tem de ser uma prioridade, e, por isso, é isto que terá de constar no nosso programa de Governo.

Outros setores da vida nacional reclamam também melhor serviço público. É o caso do setor dos transportes, onde a atual solução governativa optou por ficar com 50% da TAP, mas nada faz pela qualidade do seu serviço público, que se tem deteriorado de forma notória; que o digam os portugueses das nossas regiões autónomas.

Pior, é o caso do transporte ferroviário, que carecendo, há anos, de manutenção e investimento, assiste a um continuado abandono por parte da atual governação, apesar de esta anunciar a plenos pulmões que a austeridade há muito que acabou. Na ferrovia falta estratégia, falta investimento, falta manutenção, falta serviço ao cidadão e sobram largos milhões de dívidas da CP que haveremos todos de pagar com os nossos impostos.

São, pois, muitos os setores públicos onde escasseiam os meios. Estamos conscientes que com escolhas mais capazes e menos partidárias, gastos mais controlados e melhores critérios de gestão, é possível colocar o serviço que o Estado presta aos cidadãos no patamar que se exige a um país europeu do século XXI.

Sabemos, no entanto, que, no limite, haverá sempre falta de verbas para se atingir o cumprimento cabal dos objetivos pretendidos, no quadro de uma sociedade ambiciosa, como a que devemos construir.

É, justamente, por isso, que o País tem de ter uma estratégia de crescimento económico, porque só produzindo mais, estaremos capazes de conseguir mais; de conseguir, não só melhores serviços públicos, como uma vida melhor para todos.

A atual solução governativa não tem uma estratégia de crescimento sustentado. Na lógica da competição entre o PS, o PC e o BE, para verem quem melhores notícias consegue dar ao eleitorado e assim justificar o seu apoio à denominada geringonça, o Governo cuidou de, em todos os Orçamentos do Estado, distribuir, até ao osso, tudo o que tinha à disposição. Em nada cuidou do futuro, pois só o presente interessa àquilo que vamos ouvindo apelidar de uma política patriótica e de esquerda.

O que Portugal tem de fazer é exatamente o contrário. Não é o consumo que tem de ser o motor do crescimento económico. Os motores do crescimento têm de ser as exportações e o investimento. O reforço do consumo privado deve ser a consequência de mais produção e não o contrário, tal como o passado recente de má memória, bem nos recordou.

Temos de, ao contrário do que tem sido feito, ter políticas públicas que criem um ambiente favorável aos exportadores e aos investidores.

Variáveis como a desburocratização, a formação profissional, o funcionamento da justiça, a execução dos fundos comunitários, a fiscalização justa dos apoios sociais abusivamente utilizados, a simplificação e estabilização da legislação fiscal e a gestão da carga fiscal, são elementos nucleares para a criação de mais investimento, melhor emprego e melhores salários. É esta lógica que nos leva de forma sustentada a mais consumo privado e a melhores serviços públicos. É esta a lógica que nunca teremos com uma governação como a que tem sido levada à prática pelo Partido Socialista e pelos seus parceiros de coligação parlamentar.

A lógica vigente é a que nos conduziu a um crescimento anémico e à maior carga fiscal da história de Portugal. Nunca os portugueses pagaram tantos impostos e nunca os portugue-

ses viram os serviços públicos se degradarem tanto em tão pouco tempo. Temos o pior de dois males: pagamos mais e temos pior serviço. E falta ainda referir, que “no pagamos mais” levamos de prenda socialista uma Autoridade Tributária cada vez mais intrusiva nas nossas vidas e cada vez mais prepotente na relação com o contribuinte. Já só falta o cidadão ser obrigado a deixar o funcionário do fisco dormir lá em casa, para melhor lhe vasculhar os armários, as gavetas e, se necessário for, os próprios bolsos.

Quanto ao sigilo bancário também já percebemos que ele pode ser hipocritamente defendido para esconder do povo quem são os devedores da banca, quanto é o montante dos calotes e quem os criou com decisões desastrosas. Mas já não se aplica quando se trata de dar carta-branca à Autoridade Tributária para remexer as contas bancárias dos contribuintes; ou seja, daqueles que pagaram, com os seus impostos, os biliões que a banca impunemente destruiu e que, agora, gostaria de esconder sob a capa do tal segredo bancário que só serve para o que interessa.

Foi a isto que chegamos! Pois é justamente isto que temos de mudar.

O crescimento económico tem de ser uma prioridade absoluta para o PSD, pois só com ele poderemos prometer de forma séria e sustentada, melhores empregos, melhores salários e melhores serviços públicos. Só com ele, poderemos construir uma verdadeira sociedade social-democrata, onde a liberdade, a democracia e a tolerância, possam conviver de braço dado com a justiça social, a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento económico.

São, aliás, estes, também, os valores europeus que subscrevemos e que têm de estar sempre no nosso horizonte.

A União Europeia nasceu para nos garantir a paz através da integração e do desenvolvimento harmonioso de todos os Estados-Membros. Esse desenvolvimento harmonioso pressupõe que os países mais atrasados sejam capazes de crescer mais do que os outros, para que todos se aproximem dos valores médios.

Infelizmente, não é isso que tem acontecido a Portugal. Primeiro com a bancarrota de 2011 e agora sem qualquer estratégia de crescimento económico, temo-nos vindo a distanciar da média europeia. Somos, hoje, o quarto pior país da zona-euro em termos de rendimento per capita.

Na governação em Lisboa e na nossa ação em Bruxelas, temos de ser capazes de construir um verdadeiro Portugal europeu, onde os portugueses encontrem empregos e salários capazes, não necessitando de emigrar dentro do próprio espaço europeu, para conseguirem lá fora o que entre nós deviam encontrar de forma natural ao cabo de 33 anos de integração de Portugal na União Europeia.

É esse projeto europeu que continua válido e que temos de retomar da mesma forma como o fizemos nos anos 80 e 90 do século passado, onde evoluímos de forma notável na nossa aproximação aos padrões médios de qualidade de vida na Europa.

As regras europeias que nos impõem finanças públicas saudáveis e equilibradas não são um obstáculo ao desenvolvimento. Um obstáculo ao desenvolvimento foi justamente o contrário. Foi o abandalhamento das nossas finanças públicas que ditou os atrasos que ago-



ra acumulamos e o sofrimento desnecessário por que os portugueses tiveram de passar. Continuamos, aliás, a ter uma dívida pública e uma dívida externa bem superior aquilo que precisamos para garantir que, a qualquer momento, não nos possa acontecer uma situação idêntica à que já por três vezes nos aconteceu desde o 25 de Abril.

Cada vez mais, a Europa condiciona a nossa vida coletiva e mesmo individual. Por isso, temos, cada vez mais, de estar atentos e participativos nos dossiers europeus, como meio de os influenciar e de nos prepararmos para as novas realidades deles decorrentes.

Por isso mesmo, convidamos o Sr. Comissário Europeu Carlos Moedas – a quem muito agradecemos – para aqui nos fazer uma intervenção que, a par do seu conteúdo, é ela mesmo um sinal inequívoco do nosso empenho e do nosso comprometimento com o futuro da União Europeia.

Caras e caros membros do Conselho Estratégico Nacional,  
Senhoras e senhores convidados

Chegamos ao fim de uma Convenção inédita em termos da atividade partidária clássica. Não discutimos nomes, não elegemos ninguém para nada, não houve os truques nem as jogadas de bastidores, infelizmente tão frequentes em reuniões político-partidárias. Estivemos aqui apenas a debater o nosso País.

A preocupação de todos os participantes foi a de trocarmos ideias, servindo a sociedade e aproveitando para enriquecer os seus próprios conhecimentos.

Desde a Defesa Nacional às Relações Internacionais, passando pela Economia do Mar pelo Ambiente, pela Agricultura, pela Educação, pela Ciência, pelas Obras Públicas, pela Política Social e por todas as demais áreas que aqui aflorei, tudo foi debatido no sentido de produzir as ideias que, em tempo próprio, irão ser a base das propostas que pretendemos submeter a sufrágio dos portugueses.

Saúdo vivamente todos os participantes, em particular, aqueles que não tendo filiação partidária se juntaram a nós de forma livre e descomprometida nesta participação cívica.

A democracia não precisa de espetáculo político, nem da superficialidade do politicamente correto. Muito menos, um povo civilizado faz as suas escolhas em benefício dos que mais agridem verbalmente o adversário.

Dizer muito mal dos outros não é programa que configure uma estratégia para resolver os problemas dos portugueses e recolocar Portugal no caminho do desenvolvimento.

Os portugueses escolherão, em cada momento, aqueles que lhes inspirarem mais confiança, em função da credibilidade que lhes conferirem. Credibilidade que, na política, é a soma de três fatores fundamentais: a seriedade, a coragem e a competência.

A seriedade faz parte da forma de ser de cada um e dos valores que resolve abraçar na vida. A coragem é uma característica intrínseca à nossa personalidade, que só muito dificilmente se adquire se já não tiver nascido connosco.



A competência é um elemento que está ao nosso alcance. Sozinho, ninguém sabe tudo. Mas, com humildade, trabalho e dedicação, conseguimos juntar saberes e construir equipas capazes de atingir os objetivos mais ambiciosos.

É essa competência que, juntos, nós todos, começamos, hoje aqui, a construir.

É certo, que nunca conseguiremos oferecer na plenitude aquilo que todos procuramos desde o primeiro ao último dia da nossa vida: a felicidade. Porque essa depende de cada um de nós e das nossas circunstâncias. Mas essas circunstâncias, no que à política diz respeito, dependem do nosso empenho e da nossa dedicação, no sentido de tudo fazermos para facilitar o caminho da felicidade a todos e a cada um de nós.

Foi isso que, no fundo, todos estivemos aqui hoje a fazer.

Muito obrigado.